

**A análise sobre a educação na cidade de Pelotas, utilizando os relatórios intencionais do Governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**

Maria Augusta Martiarena de Oliveira\*

Elomar Tambara\*\*

Giana Lange do Amaral\*\*\*

**Resumo**

O presente artigo aborda, através da análise dos Relatórios Intencionais produzidos pelo governo de Augusto Simões Lopes, intendente de Pelotas de 1924 a 1928, as discussões sobre educação no período. Para a sua realização foram utilizados os relatórios de 1925, 1926, 1927 e 1928. As questões educativas foram intensamente discutidas, tanto no Rio Grande do Sul, quanto em outros estados da nação. Além disso, o positivismo, teoria que marcou o governo do estado durante a República Velha, posicionou-se sobre educação, de tal forma que a atuação de Augusto Simões Lopes foi permeada, também, pela sua relação com o seu Partido (PRR). A análise dos documentos, juntamente com o embasamento em referenciais teórico-metodológicos, permitiu perceber que a educação foi a forma encontrada de fortalecer a República ainda jovem, inculcando símbolos e crenças na população, difundindo o amor pela pátria pelas cidades e pelas zonas mais longínquas. E foi especialmente no ensino primário que se encontrou essa possibilidade. O governo Simões Lopes escolheu o ensino primário como ponto principal, destacado nas propagandas governistas, utilizando-se da construção de obras que lhe dessem visibilidade, como as escolas rurais e os grupos escolares.

**Palavras-chave:** Educação; Relatórios Intencionais; Primeira República.

**The analysis about education in Pelotas city, using the intendentials reports of the Augusto Simões Lopes Government (1924-1928)**

**Abstract**

This article works, using the analysis of the Intendentials Reports produced by the Augusto Simões Lopes' government, mayor of Pelotas City between 1924 and 1928, the discussions about education at the period. For its accomplishment we have been used the reports of 1925, 1926, 1927 AND 1928. The educational questions have been vividly discussing, as in Rio Grande do Sul as in other

\* Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

\*\* Professor Doutor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

\*\*\* Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

states of the country. Therefore, the positivism, theory present in the Rio Grande do Sul government in the Old Republic, had a position about education, in the sense that the Augusto Simões Lopes had an actuation linked with his party, The Republican Party of Rio Grande do Sul (PRR). The analysis of the documents, along the studies of theory and methodological references, enabled to realize that the education was the way founded to get strong the young Republic, presenting icons and beliefs for the population, diffusing the love for native country in the cities and countries, especially at the primary school. The government of Simões Lopes chooses the teaching primary as a central point of the government marketing, using the building of schools as a way to have visibilities, like the country schools and the schools groups.

**Keywords:** Education; Intendential Reports; First Republic.

## **Introdução**

Este artigo analisa as discussões sobre a educação, ocorridas nos Relatórios Intendenciais do período de governo de Augusto Simões Lopes, intendente da Cidade de Pelotas pelo Partido Republicano Rio-Grandense, de 1924 a 1928. Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os Relatórios de 1925, 1926, 1927 e 1928, produzidos por esse governante durante sua gestão.

Os Relatórios Intendenciais são documentos, cuja produção era realizada anualmente, em geral no mês de setembro, com o intuito de apresentar os programas de governo e as ações governamentais, referentes a diversos campos de atuação, tais como a própria instrução pública, obras e saneamento, salubridade pública, águas e esgotos, etc.

Nesses relatórios, cada assunto considerado de importância municipal possuía um determinado espaço, no qual os governantes deveriam mostrar ao público as suas realizações durante a sua gestão. Augusto Simões Lopes, em seus relatórios, provou estar ciente da grande efervescência de idéias sobre educação, ocorridas no Brasil, nesse período.

## **Os debates sobre Educação no Brasil chegam a Pelotas**

Em se tratando da década de 1920, um momento de muitas discussões sobre educação, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, Pelotas também foi influenciada por esses acontecimentos. Deve-se deixar claro que, embora esta cidade e o estado do Rio Grande do Sul possuam suas peculiaridades no que tange à educação, esta região não deixou de estar envolvida nesse momento de intensa produção cultural em relação à pedagogia.

**A análise sobre a educação na cidade de Pelotas, utilizando os relatórios intencionais do Governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**

Para Nagle (2001) foi diante deste quadro de transformações nos setores econômico, político, social e cultural, que se deve analisar a escolarização nas suas variadas facetas. Esta é tida como um dos elementos do subsistema cultural, portanto um elemento que deve ser analisado e julgado em combinação com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social definidas na exposição dos setores político, econômico e social.

Para esse autor, a evolução das idéias pedagógicas na Primeira República pode ser representada pela conjunção de dois movimentos ideológicos desenvolvidos por intelectuais das classes dominantes do país, que são o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. O primeiro possuía um caráter quantitativo, baseando-se na idéia de expansão da rede escolar e na tarefa de desalfabetizar o povo, tendo surgido nos anos de transição do Império para a República e alcançado seus melhores anos entre 1910 e 1920. Já o último, possuía um caráter qualitativo, centrado na otimização do ensino e na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar, esse movimento surgiu nos anos 20 e teve o seu apogeu na Segunda República.

Conforme Nagle (2001), o que distinguiu a última década da Primeira República das que a antecederam, foi a preocupação bastante vigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis. O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico começaram por ser, na década anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistiu em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. Para Teixeira (1969), essa corrente de opinião não pleiteava a educação popular, ainda por desenvolver, mas a simples e pura alfabetização do povo brasileiro. Esse autor, como podemos perceber, questiona o termo “educação popular”, porém essa expressão foi usada com bastante frequência, inclusive pelo intendente Augusto Simões Lopes.

Além disso, houve também uma forte influência do ideário sobre educação presente no Partido Republicano Rio-Grandense, no qual o positivismo difundiu-se. De acordo com Tambara (1998), no Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX, a ideologia positivista começou a constituir-se em uma alternativa ao modo de pensar dominante. Paulatinamente, o positivismo de ideário ideológico, transformou-se em fator de legitimação do ideário político do partido que, no início do período republicano, assumiu o poder. Para esse autor, o marco mais significativo na sedimentação desta ideologia foi a constituição do Partido Republicano Rio-Grandense. Fato, esse, que representou, na prática, a emergência na política rio-grandense, de uma nova força que visava questionar o domínio dos partidos existentes, o Liberal e o Conservador.

Segundo Corsetti (1997), no contexto do sistema político que se estruturava em nível nacional, a consolidação da República, no Rio Grande do Sul, não se constituiu, para os republicanos, em processo fácil. A clivagem

político-partidária que, ao longo do Império, se dera entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, na fase Republicana passou a ser entre o Partido Liberal e o Partido Republicano. A manifestação mais expressiva desse antagonismo se deu por ocasião da Revolução Federalista (1893/1895). O conflito colocou, de um lado, os republicanos positivistas e, do outro, os federalistas ou maragatos.

Segundo Tambara (1995), foi na área de educação que o positivismo obteve maior penetração no Brasil. No Rio Grande do Sul o positivismo possuiu certas peculiaridades, decorrentes da justaposição das ideias de Augusto Comte e Júlio de Castilhos.

Para eles, embora a intervenção do Estado fosse vista como algo negativo, em determinados momentos era vista como uma “fatalidade necessária”, conforme afirmação de Tambara (1995). Este era o caso do Brasil, que não tendo atingido o “estado positivo”, necessitava da atuação do Estado para executar determinadas tarefas que fluiriam naturalmente no estado positivo. Desta forma, o governo gaúcho tomou a si a responsabilidade pelo ensino elementar, mesmo que estímulos particulares fossem bem aceitos.

Podemos perceber, então, que a influência de diferentes ideologias permeou a atuação do Intendente Augusto Simões Lopes, que com a finalidade de fazer propaganda de seu governo ou por real interesse na educação, buscou difundir o ensino elementar, dedicando-se à criação de várias escolas. Segundo Souza (1996), os republicanos fizeram da educação popular um meio de propaganda dos seus ideais e reafirmaram a escola como instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira.

Conforme Teixeira (1969), na década de 1920, as escolas passaram a ter dois objetivos: a formação geral e comum de todos os cidadãos e a formação dos quadros de trabalhadores especializados e de especialistas de toda espécie exigidos pela sociedade moderna.

Através da leitura dos Relatórios, podemos perceber que diversos aspectos da educação em Pelotas eram apresentados ao salientar os resultados favoráveis obtidos a cada ano de governo. Dessa forma, o próximo tema de discussão refere-se ao conteúdo relacionado à educação apresentado pelo intendente e algumas de suas aplicações práticas.

### **O discurso do intendente e a sua atuação em prol da Educação**

De acordo com Corsetti (1997), a expansão do ensino, a diminuição do analfabetismo e a modificação curricular e programática, representaram os aspectos progressistas da ação republicana, fundamento de um ufanismo que transbordou das falas governamentais como até então não se havia visto no Rio Grande do Sul. Segundo a autora: “hábeis no discurso, os governantes gaúchos

**A análise sobre a educação na cidade de Pelotas, utilizando os relatórios intencionais do Governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**

foram excelentes propagandistas de seus próprios feitos”, (CORSETTI, 1997, p. 74).

No Relatório Intendencial de 1925, o dr. Augusto Simões Lopes, começou o subtítulo dedicado à instrução pública falando da questão da educação popular. Ele afirmou que:

Vivendo n'uma terra de maravilhas e inexgotáveis possibilidades, um contraste doloroso impressiona ao observador e impõe estudo ao homem de governo: é a deficiente capacidade de acção do brasileiro, esmagado por duas forças até agora quasi invencíveis – a insalubridade e a ignorância. (Relatório Intendencial, 1925, p. 26)

Em suas palavras iniciais, Augusto Simões Lopes proclamou a necessidade de ajudarmos os nossos patrícios, transformando aqueles que foram reduzidos a um valor mínimo, em forças criadoras da riqueza e do progresso. Ele acreditava que elevando o nível cultural e dando consciência de seu próprio destino ao povo, estaríamos tornando o Brasil uma potência econômica.

De acordo com o intendente, em Pelotas, mesmo tendo sido grandes os resultados obtidos para a educação popular pela conjugação das atividades públicas e privadas, restava um longo caminho a percorrer até que se alcançasse o lugar almejado.

O governo de Pedro Luis Osório, antecessor de Augusto Simões Lopes, iniciou a construção de edifícios escolares apropriados (para as Escolas João Affonso e Carlos Laquintinie), onde se instalaram os grupos escolares da cidade. Sobre a atuação da Municipalidade em relação à educação, o intendente afirmou:

O concurso do poder publico local manifestou, assim, decisivamente, o empenho deste em assumir o posto que lhe competia na difusão do ensino, dadas a prospera situação do municipio e sua crescente evolução.

A contribuição do governo local manifesta-se, hoje, em índices positivamente lisonjeiros para Pelotas, nesta materia.

Excluídas as capitaes dos Estados, poucos serão os municipios brasileiros que tão importante posição desfructem em relação á educação popular, subsidiando e mantendo pela sua renda o ensino dos tres graus. (Idem, 1925, p. 29)

Mas, Augusto Simões Lopes apontou que: “Longe, porém, de refrearmos o nosso passo nessa jornada entre todas benemérita, cumpre avançar mais e mais para que a nossa terra possa ter o orgulho de, dentro em poucos

annos, não possuir analphabetos”, (Idem, 1925, p.29), demonstrando o seu interesse pela educação. Já em sua administração, o intendente afirmava ter verificado uma deficiência no que tange às zonas rurais, que não se encontravam suficientemente servidas de escolas. Augusto Simões Lopes mostrou-se preocupado com o grande número de pessoas que, no país, nunca haviam frequentado a escola:

Não escapa ao menos sagaz dos analystas da nossa situação que o mais grave dos aspectos collectivos da sociedade brasileira é essa esmagadora maioria de cerca de 24 milhões de cidadãos que nunca frequentaram uma escola. (RELATÓRIO Intendencial, 1925, p. 26)

Diversos autores demonstram a preocupação presente entre os intelectuais da época, com o número bastante significativo de analfabetos no Brasil. Augusto Simões Lopes, em seus relatórios, mostrou-se muito interessado em desenvolver o ensino, notadamente o primário, afirmando estar nesse a melhor forma de acabar com o problema do analfabetismo. Segundo o intendente: “Organizar a educação, é para o mundo hodierno o problema central em torno do qual gravitam os demais nos países de vida regular pelos interesses sociais mais relevantes”, (RELATÓRIO Intendencial, 1927, p. 215). E, sobre o ensino primário, o qual julgou em posição destacada, afirmou:

Em plena phase de supremacia dos ideaes de igualdade, entre os homens, é certo que para objectivar esta cara aspiração nada mais adequado do que a escola, onde os mais ricos juntamente com os mais pobres vão receber o mesmo pensamento redemptor, os mesmos princípios, os mesmos conhecimentos semeados pela escola primaria. A directriz da escola primaria, a única frequentada pela maioria do povo, dado que a luta pela existência desvia cedo os elementos populares de actividades sem rendimento econômico, a directriz da escola primaria, dizíamos, é educar para a vida. (RELATÓRIO Intendencial de 1927, p. 215)

A década de 1920, no Brasil, deu continuidade à luta contra o analfabetismo. Os dados levantados pelo recenseamento de 1920, as discussões e os estudos resultantes da conferência sobre o ensino primário de 1921 e o constrangimento de possuir uma quota de 80% de analfabetos no país, transformaram o analfabetismo na grande vergonha do século.

O ensino primário era acessível a um número maior de pessoas. Além disso, durante a Primeira República a educação foi utilizada como uma forma de afirmar o novo regime. De acordo com Monteiro (2000), no Brasil, a formação escolar esteve associada, no pensamento republicano, à idéia de formação da nação, como sinônimo de um Estado organizado segundo parâmetros burgueses de de-

**A análise sobre a educação na cidade de Pelotas, utilizando os relatórios intencionais do Governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**

mocracia apontados pelas revoluções Francesa e Americana. Para essa autora, a escola passou a ser entendida como local onde, além da formação de um sentimento de pertencimento que daria identidade à nação, supriria a necessidade de aquisição de conhecimentos mínimos que habilitassem os indivíduos ao voto.

Segundo Pinto (2000), a educação tornou-se instrumento indispensável através do qual se criaria a consciência de valores, poderiam ser imputadas normas de conduta a sociedade e transmitir-se-ia um padrão de convenções a serem seguidas. A educação era vista como uma mola propulsora do progresso. Pode-se perceber que essa valorização do ensino, em especial do ensino primário, levou o governo de Augusto Simões Lopes a criar escolas apropriadas para isso, difundindo-as pelas zonas rurais, as quais se encontravam mais carentes no que tange ao número de escolas. No Relatório de 1926, o intendente apresentou dados da elaboração de projetos de edifícios “typo ruraes”, e das providências a serem tomadas para a aquisição do material necessário para as construções. O sr. Alexandre Gastaud era o encarregado de fiscalizar, diretamente, o andamento dos trabalhos.

É importante salientar que os primeiros grupos escolares foram implantados no estado de São Paulo, no início de 1890. De acordo com Souza (1996), a escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos, transformando os grupos escolares em um símbolo. Quando essa modalidade foi criada, representou uma das mais importantes inovações no ensino. Em poucas décadas esse modelo foi adotado na organização do ensino primário em todo o país, sendo considerado como a forma mais moderna e eficiente para este fim. É neste momento, então, que esse modelo de escola chega a Pelotas, só que apresentando duas diferentes formas: o grupo escolar urbano e o já citado grupo escolar do “typo rural”, chamado mais comumente apenas de “escolas ruraes”.

A exigência da alfabetização para a participação política tornou a difusão da instrução primária fundamental para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação foi considerada um elemento propulsor para o avanço econômico, tecnológico, científico, social, moral e político. A escola pública surgiu, então, como um elemento para a difusão dos ideais republicanos e comprometida com a construção e a consolidação do novo regime. Dessa forma, a escola primária adquiriu uma finalidade cívica e moral.

É neste momento que a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. No Relatório Intendencial de 1926, Augusto Simões Lopes apontou a educação popular como sendo o mais alto dos problemas coletivos apresentado às administrações de sua época.

Nesse mesmo ano, pelo Acto n.º 1.400, de 31 de dezembro, foi criada e instalada a 5ª Directoria, cujas atribuições eram: instrução (direção adminis-

trativa e orientação pedagógica dos estabelecimentos de ensino municipais; fiscalização da frequência dos cursos, inspeção médica e dentária escolar e estatística da Instrução), polícia (superintendência administrativa e registros especificados no regulamento daquela corporação) e estatística (organização de todas as operações censitárias relativas à economia, população e desenvolvimento municipais, incluindo a estatística administrativa, trabalhos de propaganda de Pelotas e divulgação do seu passado e organização do cadastro do patrimônio municipal).

O Dr. Augusto Simões Lopes colocou-se como participante de uma cruzada redentora a favor da educação. E afirmou que a Cidade de Pelotas há muito já havia sentido o imperativo deste movimento e vinha dando contribuição correspondente às suas possibilidades, ampliando, anualmente, as cifras de alunos matriculados em suas escolas. Para Nagle (2001), uma das mais significativas formas do padrão do pensamento educacional na década de 1920, foi a de considerar a escolarização como um problema vital, do qual dependeria o encaminhamento adequado dos demais problemas da nacionalidade. A educação foi considerada como o instrumento do progresso histórico.

Além disso, o intendente definiu a educação como a maneira de formar valores novos, aproveitáveis no futuro. E essa tarefa, ou seja, a de educar, deveria ser provida pelo poder público, que deveria orientar o ensino pelas proposições da pedagogia moderna, difundindo-a. Segundo ele, a criação dos grupos escolares modificou a posição municipal em relação ao ensino público. Esse teria ultrapassado os limites das primeiras letras, almejando alcançar o objetivo de educar integralmente, contribuindo, dessa forma, para elevar o nível intelectual da população.

De acordo com Souza (1996), a introdução de uma série de modificações no ensino primário ajudou na produção de uma nova cultura escolar, repercutindo na cultura da sociedade mais ampla e encarnando vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles, a consagração da República. Segundo Faria Filho (1996), que estudou a formação dos grupos escolares em Minas Gerais, políticos e autoridades republicanas interessadas em incorporar o “povo” à nação republicana e ao mercado capitalista na forma como ele vinha se organizando.

Quando Augusto Simões Lopes referiu-se à idéia de educar integralmente, demonstrou influência de uma importante corrente de pensadores da Educação que chegou ao Brasil mais ou menos nesta mesma época, a Escola Nova. Conforme Cury (1978), para esses pensadores, o Estado deveria assumir como seu dever, com a cooperação de todas as instituições sociais, o direito de todo cidadão à sua educação integral.

Além disso, Nagle (2001) diz que enquanto o entusiasmo pela educação se traduzia pela luta contra o analfabetismo, desenvolveram-se outros as-

#### **A análise sobre a educação na cidade de Pelotas, utilizando os relatórios intencionais do Governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**

pectos do mesmo entusiasmo, nos quais foi negada a importância do mero combate ao analfabetismo, suscitando a difusão da escola primária “integral”, promovendo um ensino que tornou o cidadão uma partícula ativa do progresso do país. Nesse momento da discussão, o problema proposto foi não o de aumentar quantitativamente as escolas primárias, mas de pensa-las como uma etapa fundamental de “formação”, não apenas de “instrução”.

Para Faria Filho (1996), os grupos escolares significavam mais do que uma forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares.

Em 1928, foi criada a Diretoria da Instrução Municipal, em substituição à 5.<sup>a</sup> Diretoria. Falaremos da primeira a seguir.

#### **A criação da Diretoria da Instrução Municipal**

Este departamento substituiu a “5.<sup>a</sup> Diretoria”, em virtude do “Acto” n.º 1.734, de 15 de agosto do ano deste Relatório. Conforme os atos n.º 1.730 e 1.740, consolidou-se a organização planejada, no quadriênio dirigido por Augusto Simões Lopes. Segundo o intendente, “*o Regulamento da Instrução consubstancia as modernas tendências do ensino, alcançando as directrizes victoriosas nas legislações mais adeantadas das que vigoram em nosso país*”. Ele afirmou ter sido influenciado pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, mas especialmente pela legislação escolar de Minas Gerais.

Eram disposições do “Regulamento da Instrução”, de renovação ou inovação da nossa realidade escolar, além da fixação do estágio e de estabelecimento das “categorias de escolas”: a criação da “Diretoria da Instrução Publica”, a obrigatoriedade de serem providos por professores os cargos de “inspectores escolares”, a instituição do “Conselho Educativo”, que visava discutir os problemas educacionais, a fixação do concurso para provimento de cargo de professor, tanto rural quanto urbano, fiscalização do ensino privado, verificação da higiene nos edifícios escolares, entre outras.

Com base nesse Regulamento, tornou-se obrigação dos intendentes seguintes, a criação de grupos escolares, pelo menos de um por gestão governamental, a continuação das construções na zona rural, os edifícios deveriam obedecer às prescrições estabelecidas de higiene.

Nesse mesmo relatório, último apresentado por Augusto Simões Lopes, esse afirmou ter tido a ventura de ver grandemente desenvolvido em seu governo

a “instrução pública”. Desde o primeiro ano de administração, afirmou que as suas atitudes foram em prol da disseminação do ensino pelo Município, encarando esse problema sob todos os seus aspectos. Para isso, contou com o auxílio do Dr. João Brum de Azeredo. O intendente afirmou ter procurado conseguir recursos especiais que tornassem possível a construção de prédios escolares com instalações adequadas do ponto de vista pedagógico e higiênico.

Com outras verbas e através da lei especial n. 174, votada pelo Conselho Municipal a 21 de Dezembro de 1925, que autorizou a conversão em apólices do patrimônio da “Fundação D.<sup>a</sup> Antonia Chaves Berchon des Essarts” e da lei de n.º 136 que permitiu em 1926 uma nova operação de crédito com a Exma. Sra. D. Maria Francisca de Mendonça de Assumpção, foram construídos os dois grupos escolares “Dr. Joaquim Assumpção”, “D.<sup>a</sup> Antonia”, na cidade, e as escolas “Mauá”, no Passo dos Negros; “Álvaro Berchon”, no Passo das Pedras; “D.<sup>a</sup> Maria Antonia”, na Barbuda; “João da Silva Silveira”, no Monte Bonito; “Bernardo Taveira Junior”, na Colônia Santa Eulália; “Professor Affonso Massot”, no Quilombo; “Ministro Fernando Osório”, nas Três Vendas; “Bibiano de Almeida”, na Vila Gastão Duarte, “Jacob Brod”, nas Terras Altas e “Garibaldi”, na Colônia Maciel.

Além desses, a Municipalidade adquiriu os seguintes edifícios para escolas rurais: na Cascata, onde foi instalada a escola “Luiz Pennafiel”; no Areal, onde passou a funcionar a escola “Dr. Piratinino de Almeida” e no Capão do Leão, onde foi instalada a escola “Barões de Santa Tecla”. Instalou-se, também, no edifício cedido pela Maçonaria após os necessários melhoramentos, a escola “Barão de Arroio Grande”, no “Theodosio”. As escolas rurais n. 15, 16, 18 e 20 foram estabelecidas em prédios alugados.

Além disso, a Municipalidade promoveu a criação de escolas subvencionadas especiais, no Passo do Retiro e na Colônia Santa Silvana (denominada “Dirceu Moreira”). Auxiliou na construção e posteriormente municipalizou a escola “Raphael Brusque”, na Colônia Z 6.

Como podemos perceber, os nomes dados às escolas seguem um costume republicano difundido pelo país. Souza (1996) afirmou que o costume de colocar nomes de pessoas públicas em escolas era uma forma de imortalizar a República na memória coletiva através da lembrança de seus representantes máximos. Além disso, para captar recursos em prol das construções escolares, utilizou-se a estratégia de designar o nome da escola àqueles beneméritos que contribuísssem com a causa da instrução pública. A doação financeira era dada em troca da homenagem eternizada. Segundo essa autora, instituiu-se a figura do “patrono”, personalidade a ser enaltecida e cultuada por professores, alunos e a sociedade, especialmente nas datas de comemoração do aniversário da escola. Para Souza (1996):

### **A análise sobre a educação na cidade de Pelotas, utilizando os relatórios intencionais do Governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**

Assim, a escola primária, dever do Estado e direito do cidadão, transformou-se em uma dádiva; não é apresentada à população como decorrência de uma política social, mas como resultado do concurso de um “honorável cidadão”. Como tais homens pertenciam à oligarquia econômica e política ficava reafirmada e legitimada a figura do patrono e da República. (SOUZA, 1996, p. 116)

Além disso, de acordo com Faria Filho (1996) que pesquisou a formação dos grupos escolares em Minas Gerais, a prática de colocar nomes de “patronos” veio em substituição de uma prática anterior, na qual a denominação era feita através de números ordinais (primeiro, segundo, terceiro). Em Pelotas, algumas escolas, especialmente isoladas, receberam esta denominação.

Porém, como aconteceu em Minas, essa prática também foi sendo substituída e sobre os nomes das escolas, Augusto Simões Lopes afirmou: *“Procurei homenagear nos institutos de ensino figuras insígnias da nossa colectividade, designadamente aquellas que se devotaram a nobre tarefa educativa”*, (Relatório Intendencial, 1928, p.98). Como exemplo, podemos citar as escolas Jacob Brodt, que recebia donativos da família, Escola Álvaro Berchon, que foi construída em terreno doado pelo Dr. Edmundo Berchon des Essarts. Nem sempre as escolas recebem o nome de quem fez doações, como foi o caso da Escola Bibiano de Almeida, cujo terreno e tijolos para a sua construção foram doados por Gastão Campello Duarte.

### **Considerações finais**

Conforme o que foi apresentando anteriormente, parece importante reafirmar que o papel ocupado pela educação em Pelotas, refere-se a acontecimentos ocorridos em âmbito nacional.

As questões educativas foram intensamente discutidas, tanto no Rio Grande do Sul, quanto em outros estados da nação. Além disso, o positivismo, teoria que marcou o governo do estado durante a República Velha, posicionou-se sobre educação, de tal forma que a atuação de Augusto Simões Lopes foi permeada, também, pela sua relação com o seu Partido (PRR). Pode-se dizer que não existe uma contradição em relacionar-se com os movimentos do “otimismo pedagógico” e “entusiasmo pela educação” e vincular-se ao positivismo, pois ambos acreditavam que o ensino era a maneira encontrada para civilizar o povo.

A educação foi a forma encontrada de fortalecer a República ainda jovem, inculcando símbolos e crenças na população, difundindo o amor pela pátria pelas cidades e pelas zonas mais longínquas. E foi especialmente no ensino primário que se encontrou essa possibilidade. O governo Simões Lopes escolheu o ensino primário como ponto principal, destacado nas propagandas

Maria Augusta M. de Oliveira – Elomar Tambara – Giana Lange do Amaral

governistas, utilizando-se da construção de obras que lhe dessem visibilidade, como as escolas rurais e os grupos escolares.

### Referências

BUFFA, E. **Ideologias em conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CORSETTI, B. A Escola pública no Rio Grande do Sul e o Projeto Político Republicano (1889/1930). In: **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação**: Educação no Brasil: História e Historiografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 6 a 9 de novembro de 2000.

\_\_\_\_\_. A Construção do cidadão: os conteúdos escolares nas escolas públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República. In: **Revista História da Educação**, ASPHE, Fae, UFPel, Pelotas, n.8, p.175-192, set. 2000.

CURY, C. R. J. **Ideologia e Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos Palácios**: forma e cultura escolares em Belo Horizonte. São Paulo: USP, 1996.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1925.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1926.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1927.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1928.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 11 ed. ver. e ampl. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. p.71 a 132.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização**: um estudo sobre a Implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo. São Paulo: USP, 1996.

TAMBARA, E. **Positivismo e Educação**: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995.

TEIXEIRA, A. S. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

**A análise sobre a educação na cidade de Pelotas, utilizando os relatórios  
intendenciasais do Governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**

**Correspondência**

**Maria Augusta Martiarena de Oliveira** – Rua Machado de Assis, n.1456. Bairro Sulbrasileiro.  
Osório. CEP. 95520-000.

Recebido em 22 de março de 2009

Aprovado em 12 de agosto de 2010